



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB  
INSTITUTO DE HUMANIDADES (IH)  
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES**

**JOÃO BAPTISTA MANUEL**

**Relações sociais em um Liceu em Luanda, Angola:  
experiências no uso da língua e as relações de poder**

**ACARAPE-CE  
2023**

JOÃO BAPTISTA MANUEL

**Relações sociais em um liceu em Luanda, Angola: experiências no uso da língua e as relações de poder**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de projeto de pesquisa do Curso de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades

Orientadora: Profa. Dra. Carla Susana Além Abrantes

**ACARAPE-CE  
2023**

JOÃO BAPTISTA MANUEL

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de projeto de pesquisa do Curso de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades

Orientadora: Profa. Dra. Carla Susana Além Abrantes

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Carla Susana Além Abrantes

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

---

Prof. Dr. Luís Tomás Domingos

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

---

Prof. Dr. Leandro Proença

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Dedico este trabalho aos meus pais Silva Francisco Manuel e Ana Maria Teodor, pela graça e benção que me têm dado todos os dias e apoio incondicionais para a concretização do meu sonho académico. Por outra, também estendo o meu agradecimento aos meus irmãos e irmãs, que incansavelmente apoiaram-me para manter-me focado na formação.

## AGRADECIMENTOS

Em princípio, dou os meus louvores e gratidão ao meu Deus, o eterno, em nome do seu filho amado Jesus e o seu santo Espírito, pela graça infinita que tem superabundado em minha vida, a qual através dela estou em pé e vivo para sua honra, glória e louvor. Quero também dar os meus agradecimentos aos meus familiares, dentre eles meus pais, Silva Manuel Francisco e Ana Maria Teodor, e em particular os meus irmãos e irmãs, Teodor, Bispo Davi, Ângela, Diaco, Jonas, Leotina, Garcia e o Cardoso.

Também quero estender os meus agradecimentos, ao meu tio Jolito, que muito contribuiu para minha vinda ao Brasil, que por sua vez foi muito paciente e motivador. Por outra, quero agradecer à minha orientadora, Carla Susana Alem Abrantes, que muito fez para a concretização deste projeto e muito fez para o meu desenvolvimento intelectual, por intermédio dos seus conteúdos, do profissionalismo vinculado à educação e a sua gentileza e bom trato às pessoas.

Aproveito também para agradecer aos meus Amigos e acolhedores e ao meu tutor Jamil que mesmo tendo terminado o período de tutoria sempre exerceu o papel de um tutor para comigo. Agradeço o bem que eles fizeram por mim. Em particular agradeço também ao Garcia Lucas por ter intercedido por mim ao seu irmão Lucas Gaspar para me inscrever no processo seletivo da UNILAB; sem esses dois homens é provável que não estaria a terminar esse ano. Sem esquecer também quero dar os meus agradecimentos ao meu amigo e companheiro de batalha, Estrela José Marcolino, que tem sido como um irmão para mim nesta longa jornada.

De maneira nenhuma poderia dar os meus agradecimentos e se esquecer da minha amada Maria, a qual lhe devo o meu amor e respeito. Também agradeço à professora Artemisa e à Professora Maria Rita, pelo apoio quando mais precisei, estiveram presentes no período da minha enfermidade e ajudaram-me no tratamento, sempre se predispondo para me ajudar em eventuais dificuldades. Em suma, creio que teria que agradecer mais gente, porém, a todos que estiveram comigo e sempre foram os meus torcedores nesta caminhada lhes dou o meu muito obrigado.

## RESUMO

Neste projeto de TCC, apresentado para finalização do Bacharelado em Humanidades, está um estudo sobre o Liceu 3114, localizado em Luanda, Angola. Nesta obra, procuramos compreender as relações sociais no Liceu nº 3114 Hoji-ya-Henda em Luanda, Angola no que se refere a como estudantes e professores experienciam o uso da língua e as relações de poder envolvidas nessas relações. Tratamos de percorrer alguns caminhos históricos que deixaram marcas de desigualdade nas relações sociais de ensino e contribuíram para uma naturalização da língua portuguesa como língua central e a manutenção de exclusões de outras línguas nacionais; e voltámo-nos em entender como o poder social se exerce nas relações sociais entre professores e alunos a partir dos usos da língua; e atentamo-nos em perceber, em que momentos e situações o “português padrão” é imposto, e discutir os usos da língua relacionada às diretrizes constitucionais da nação (em termos da pluralidade linguística do povo angolano). As experiências no uso da língua e as relações de poder envolvidas, estão aqui abordadas através de uma metodologia de pesquisa empírica de natureza qualitativa com cunho exploratório e etnográfico, (Gerhardt; Silveira, 2009). Para tratar desse assunto, levantamos as seguintes questões: quais caminhos históricos deixaram marcas de desigualdade nas relações sociais de ensino, e contribuíram para uma naturalização da língua portuguesa como língua central e a manutenção de exclusões de outras línguas nacionais? Como o poder social se exerce nas relações sociais entre professores e alunos a partir dos usos da língua? Em que momentos e situações o “português padrão” é imposto numa discussão sobre o uso da língua relacionada às diretrizes constitucionais da nação (em termos da pluralidade linguística do povo angolano)? Portanto, para tratar destas questões, dialogaremos com Michel Foucault (2011), Domingos (2021), Undolo (2019), Ngunga, (2021), Silva (2016), Balandier (1993), Achille Mbembe (2013), Norberto Bobbio (1998) e Zau (2011). Portanto, através da nossa investigação, intencionamos abrir espaços para se pensar em novos saberes que permitem aos indivíduos tolerarem o que se entende por “erro de pronúncia” e conseguirem gerir as suas relações interpessoais.

## SUMÁRIO

TEMA .....	8
1. INTRODUÇÃO: .....	8
2. JUSTIFICATIVA: .....	11
3. OBJETIVOS: .....	12
3.1 Objetivo Geral:.....	12
3.2 Objetivos específicos:.....	12
4. HIPÓTESES .....	13
5. A QUESTÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM ANGOLA.....	13
6. O LICEU Nº 3114 HOJI-YA-HENDA EM LUANDA: POSSIBILIDADE ETNOGRÁFICA E QUESTÕES TEÓRICAS.....	15
6.1 Aspectos geográficos .....	15
6.2 Aspectos do ensino.....	19
7 ASPECTO TEÓRICO SOBRE A RELAÇÃO DE PODER.....	21
8. METODOLOGIA .....	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS:.....	27
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:.....	28

## 1 INTRODUÇÃO

Para António da Silva, o poder é um dos temas mais controversos da ciência social. Segundo o autor, “esse tema em suas várias faces, extrapola o âmbito da política e confunde-se com as múltiplas manifestações que assume na esfera social e privada” (SILVA, 2018a, p. 34). Isso significa que pensar o poder e, simultaneamente pensar a política, exige que os consideremos como fenômenos de *práxis* humana. Para Bobbio, em uma tipologia clássica do poder, o conceito de Política é entendido como forma de atividade ou de *práxis* humana que está estreitamente ligado ao conceito de poder. Para o autor, o poder político pertence à categoria do poder do homem sobre outro homem, entretanto, esse poder se distingue de outras formas de poder. O poder político tem em si a possibilidade e a legitimidade do uso da força onde o seu uso se torna uma condição necessária e legítima contra a incriminação e punição de todos os atos de violência que não sejam executados por pessoas autorizadas pelas instituições estatais (BOBBIO, 1998, p. 954,956)<sup>1</sup>

O que caracteriza o poder político é a exclusividade do uso da força em relação à totalidade dos grupos que atuam num determinado contexto social, exclusividade que é o resulta (EspaçoReservado1)do de um processo que se desenvolve em toda a sociedade organizada, no sentido da monopolização da posse e uso dos meios com que se pode exercer a coação física. (BOBBIO, 1998, p. 956).

Entretanto, a questão do poder se empobrece quando é colocada unicamente como sendo uma questão política, legislativa ou constitucional, ou somente em termos de Estado ou de aparelho de Estado. Silva (2018a) aponta que existem várias formas de poder e que nem todo poder caracteriza-se enquanto poder político. Existe poder paterno, poder religioso, poder econômico, poder burocrático, empresarial etc.

Não obstante, é possível pensar o poder além da política governamental e institucional. Mesmo que essa política influencie muito na vida social das pessoas, a vida social não se limita a isso. Desta feita, o autor pretende deixar audível as palavras de Bobbio “nem tudo é política” (BOBBIO, 1986, p. 77 *apud*, SILVA, 2018a, p. 35) Para Silva, as relações e ações humanas incluem esferas diferenciadas e aspectos biológicos e culturais sendo que as relações de poder permeiam as esferas da vida social. Vejamos o que escreve:

---

<sup>1</sup> A ideia de uma violência legítima do Estado é devedora das teorias de Max Weber, no século XIX.



[...] nem todo poder caracteriza-se enquanto poder político. Tomemos como exemplo as relações de gênero. Os valores, comportamentos e práticas cotidianas tipicamente machistas expressam relações de poder que pressupõem a submissão da mulher ao homem. A política pode influenciar esta relação, seja no sentido de afirmar a igualdade de gênero e, assim, empoderar as mulheres para combater e resistir à violência da dominação masculina; ou, na direção do fortalecimento do patriarcado e do poder masculino. A política não faz tudo. Nem sempre as leis, ou mesmo mudanças de regimes e sistema políticos, são capazes de anular o machismo. Mas podem propiciar condições mais favoráveis para a resistência e a autoafirmação feminina. Quando lutam por seus direitos, as mulheres escancaram as relações de poder que privilegiam o masculino e afirmam seu contrapoder. (SILVA, 2018a, p. 35)

Com isso, se pensarmos numa relação de gênero, por exemplo, podemos pensar numa relação de poder entre homem e mulher. Desta feita, o racismo também pode ser pensado como uma relação de poder entre o preto e o branco, “entre o pretensamente superior e o que é considerado inferior” (Silva, 2018a). Portanto, não seria contrário quando nos delimitamos a compreender as relações sociais no Liceu nº 3114 Hoji-ya-Henda em Luanda, Angola e as experiências no uso da língua e as relações de poder.

Embora seja a constituição a lei suprema do país, conforme consta no artigo 6.º (Supremacia da Constituição e legalidade), inciso 1 “a Constituição é a lei suprema da República de Angola” (Constituição da República de Angola, 2010, p. 5), o poder da lei magna pode através do Artigo 22.º (Princípio da universalidade) apontar que se deve:

b) Respeitar e considerar os seus semelhantes sem discriminação de espécie alguma e manter com eles relações que permitam promover, salvaguardar e reforçar o respeito e a tolerância recíprocos. (CRA, 2010. p. 11)

E nos seus artigos, Artigo 23.º (Princípio da igualdade) inciso 1, declarar que “todos são iguais perante a Constituição e a lei”. E por vários outros artigos e alíneas a Constituição declara que se deve promover um bom tratamento e liberdade entre os cidadãos. Todavia, esse poder nem sempre chega para regular e ordenar as relações dos indivíduos. Então, se pode pensar a existência de um micropoder que se externaliza fora do poder estatal e se estabelece nas relações dos indivíduos de forma invisível e naturalizada. Desta feita podemos problematizar o seguinte: quais caminhos históricos deixaram marcas de desigualdade nas relações sociais de ensino, e contribuíram para uma naturalização da língua portuguesa como língua central e a manutenção de exclusões de outras línguas nacionais? Como o poder social se exerce nas relações sociais

entre professores e alunos a partir dos usos da língua? Em que momentos e situações o “português padrão” é imposto numa discussão sobre o uso da língua relacionada às diretrizes constitucionais da nação (em termos da pluralidade linguística do povo angolano)?

É necessário ressaltar que o termo política no presente texto não se refere a (*polis*), tendo em conta que esse termo, remete-se a uma realidade histórica Grega que dispõe de suas particularidades, o que não nos permite pensar as práticas políticas em África (Angola), conforme aponta Jack Goody (2018, p. 57). Para uma boa parte dos estudiosos, o que se chama política propriamente dita apareceu pela primeira vez na Grécia antiga, todavia não podemos nos reter a essa ideia sem uma crítica. Destaca o autor que não se pode negar que “nesse campo [da política], como em outros, as contribuições gregas para o desenvolvimento socioeconômico subsequente foram altamente importantes para Europa e para o mundo” (GOODY, 2018, p. 57), no entanto, não devemos confinar as atividades políticas em termos gerais às experiências da Grécia. Importante também destacar que o autor sugere que os gregos foram possivelmente os primeiros a utilizarem o termo ou darem uma forma escrita sobre o assunto para outros lerem, mas as práticas não foram inventadas por eles.

No livro *África Insubmissa*, Achille Mbembe (2013, p.102,103) retrata o princípio autoritário reparando que em África já existiam outras modalidades de natureza não autoritárias, ou seja, existiam práticas políticas. Neste modelo proposto pelo autor, o poder era sujeito ao controle social. “Nestas tradições”<sup>2</sup>, o poder e a terapia eram indissociáveis. A finalidade do poder era o de tratar do homem e do cuidar. O poder era percebido como uma forma de saber governado por diferentes titulares que equilibravam o sistema de forma interdependente. Portanto, aponta o autor, que nestas tradições, o poder era multipolar e a forma de obtê-lo poderia ser através de ritos de iniciação. etc.

Portanto, atualmente os factos políticos e os métodos administrativos dos países africanos (em particular Angola) são tidos como importantes para se pensar atualmente a política africana, conforme sugere Georges Balandier (1993) no seu artigo *A noção de situação colonial*. Tendo em conta que os hábitos e as culturas coloniais influenciaram e ainda influenciam até hoje o comportamento da política africana – como o próprio o autor sugere que a política africana é dirigida por uma cultura colonial – é importante que ao pensar a política

---

<sup>2</sup> Termo usado pelo autor. Entretanto, esse termo na nossa percepção é entendido como formas de governos. Onde está escrita “nestas tradições” nós compreendemos como “nessas formas de governo”.

nesse continente, não se pode deixar de lado a cultura colonial que se enraizou nos habitantes, e não se pode deixar de pensar na cultura que existiu antes da colonização. Balandier (1993, p. 103-104) ainda considera que se deve ter em conta que a resistência dos povos africanos no combate ao colonialismo foi fundamental para a permanência de seus hábitos culturais mesmo após a colonização. Desta feita se percebe que a colonização não apagou a criatividade e a vitalidade dos africanos, como também argumenta Mbembe (2013, p. 116).

Contudo é sobre essas questões que este projeto irá se debruçar como veremos agora nas próximas seções. O liceu 3114 é o objeto principal a partir do qual iremos procurar delinear um caminho de pesquisa sobre o uso da língua e as relações de poder.

## 2 JUSTIFICATIVA

O interesse pela temática apresentada surgiu pelo facto de se apreciar e ter admiração pelos falantes da língua portuguesa em Luanda – Angola, que sempre estavam nas TVs e rádios. Tais pessoas pareciam ser estudadas e falavam o português de modo a se entender que eles realmente estudaram. Todos pareciam ser intelectuais e bem apresentados, logo era natural coincidir a língua com uma ideia de modernidade e de boa apresentação. De tanto observar a forma como os congolese<sup>3</sup> eram tratados em Luanda porque não falavam bem o português, era evidente a relatividade do tratamento a um indivíduo de acordo com o nível do domínio da língua<sup>4</sup>. Como relata, Ilídio, um de nossos entrevistados, sobre uma das suas vivências.

Já vivi situações em que havia uma pessoa no meio em que me encontrava que não falava o português corretamente, e ela foi vítima, bem, não diria vítima senão estaria a ser muito radical. A mesma... ela passou por situações não agradáveis, até que todos puseram-se a rir. E isso, acredito eu, que fez com que a autoestima dela baixasse e ela tornou-se vulnerável (entrevista, 14/09/2022).

---

<sup>3</sup> Os congolese é um adjetivo e substantivo masculino, refere-se a 1) República Democrática do Congo (antigo Zaire e Congo Belga, RDC) ou 2) “indivíduo natural, habitante ou cidadão desse país africano”. “Congolese”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/congolese> [consultado em 11-11-2022]. Muitos deles se encontram em Angola ocupando lugares de comerciantes. Salientar também que a RDC faz fronteira com Angola, ao norte.

<sup>4</sup> Entrevista, feita em 14/09/2022. Ilídio, ex-aluno do Liceu 3114, vive em Luanda e atualmente frequenta a Universidade Metodista de Angola. Ressalta-se que as suas falas foram colocadas conforme ele pronunciou.

Com isso, podemos pensar numa relação social baseada numa monitorização linguística que, por sua vez, impossibilita uma liberdade de fala. Segundo as minhas memórias, ao refletirmos sobre a marginalização dos alunos a partir da atuação dos professores de língua portuguesa, havia um constrangimento quando o/a estudante violava as “normas tradicionais” (considerada padrão) como se fosse um indicador de medição do nível intelectual dos alunos<sup>5</sup>. Tendo em conta que os alunos são angolanos e não portugueses, não se poderia perceber a razão pela qual não se abria espaços nas salas de aula para se conhecer as demais línguas do território angolano. Portanto, podemos propor que este projeto investigará as formas como os alunos do Liceu 3114 percebem o português nas suas relações sociais, e por outra, temos em mente que esse trabalho servirá para nos permitir refletir sobre atos de estigmatização. Por essa razão, poderemos abrir espaços para se pensar em novos saberes que permitem aos indivíduos tolerarem o que se entende por “erro de pronúncia” e conseguirem gerir as suas relações.

### **3 OBJETOS**

#### **3.1 Objetivo geral**

Compreender as relações sociais no Liceu nº 3114 Hoji-ya-Henda em Luanda, Angola no que se refere a como estudantes e professores experienciam o uso da língua e as relações de poder envolvidas nessas relações.

#### **3.2 Objetivos específicos**

- Percorrer alguns caminhos históricos que deixaram marcas de desigualdade nas relações sociais de ensino e contribuíram para uma naturalização da língua portuguesa como língua central e a manutenção de exclusões de outras línguas nacionais;
- Entender como o poder social se exerce nas relações sociais entre professores e alunos a partir dos usos da língua;

---

<sup>5</sup> As falas acima retratam as minhas memórias no Liceu 3114, onde estudei de 2016 até 2018. Falarei mais sobre isso adiante.

- Perceber em que momentos e situações o “português padrão” é imposto e discutir os usos da língua relacionada às diretrizes constitucionais da nação (em termos da pluralidade linguística do povo angolano).

#### **4 HIPÓTESE**

Partindo das experiências vividas pelo autor deste estudo, nos diversos diálogos com angolanos sobre a temática presente e do contacto constante com diversas obras, desde artigos e livros, constata-se a ideia de um “português padrão” que se mantém como um mecanismo de poder. A língua se transforma em um recurso de poder na medida em que todos acreditam existir um “português padrão”, uma língua que é superior. Esta ideia é compartilhada por todos. Ela é ensinada ao longo de gerações. Por outra, observa-se também que o ensino de uma língua nem sempre possibilita aos alunos usarem-na nos seus meios sociais ou dia a dia, mesmo se eles quisessem, tendo em conta o temor em receber represálias de quem as ouve. Este fato está associado ao ambiente social que o/a estudante se encontra.

#### **5 A QUESTÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM ANGOLA**

Para compreender o contexto escolar vivido no Liceu 3114, precisaremos nos atentar as situações históricas do país. Foram necessários, o surgimento de inúmeras gerações, e diversos fatores e condições históricas para que, houve a moldagem do clima social e político em Angola (SILVAb,2018, p.8). Com isso, em 1961 teve início a guerra para independência de Angola terminando a 15 de janeiro de 1975, com a assinatura do Acordo do Alvor entre os quatro intervenientes no conflito (MPLA, UNITA, FNLA, Forças Armadas de Portugal).

No dia 11 de novembro de 1975, Angola foi declarada independente pelo então presidente Doutor António Agostinho Neto, tornando-se assim a República Popular de Angola, que, depois de diversos acordos e conflitos em 1992 passou a ser a República de Angola até aos dias de hoje. O país está localizado no sudeste africano, bordejando o Atlântico entre a Namíbia e a República Democrática do Congo, tendo a província de Cabinda como seu enclave. A sua população atual é de aproximadamente trinta e quatro milhões de habitantes. Está dividida administrativamente em dezoito províncias, a sua capital chama-se Luanda. O seu maior rio é o Kwanza que dela se tirou o nome da moeda local, a sua língua oficial é o Português.

Para refletirmos sobre a língua portuguesa em Angola nos assentaremos nas abordagens de ZAU (2011), autor que nos apresenta o português como sendo uma língua novilatina. Portanto, para se explicar como é que uma língua de família indo-europeia, exterior a Angola, pode fazer parte do património cultural de um país africano, Zau destacou indiscutivelmente a colonização como o fator fundamental para a externalização dessa língua nesse país. É importante salientar que, segundo Zau, em 1917, os portugueses com o objetivo de difundirem a sua língua impuseram-na aos povos nativos (Angola) com o intuito de manter a supremacia linguística, a partir de métodos assimilacionistas a fim de portugalizar os nativos.

Entretanto, após a Independência (1975), a língua Portuguesa foi escolhida para ser a língua oficial do país. Ngunga (2021) aponta que a escolha da língua do colono como a oficial se deve pelos interesses políticos dos governantes. Segundo o autor, esses “países advogavam que pretendiam construir nações fortes e unidas o que na sua perspectiva, só se podia conseguir através de uma língua com tradição escrita e de utilização na administração moderna e na ciência” (Ngunga, 2021, p.88). Esta decisão teria sido justificada pelo fato das línguas nacionais desses territórios que se tornavam independentes encontrarem-se em “estágio incipiente em seu desenvolvimento (sic), em sistema de escrita nem descrição, o que se traduzia na sua incapacidade de comunicar conceitos modernos e científicos” (Ngunga, (2021, p.88). Assim sendo, passou-se a considerar o português como língua apropriada para nação, a qual era tida como sendo a língua das relações exteriores, língua da unidade nacional e língua supra étnica ou ‘eticamente neutra’ (Ngunga 2021, p. 96). Contudo, o português continuou a vigorar e difundir-se no país até fazer parte da constituição da República no seu artigo 19.º (Línguas), onde se declara que “a língua oficial da República de Angola é o português” (CRA, 2010, p.9). Entretanto, para Márcio Undolo (2019, p. 23) o português é a língua “(...) que, na coexistência linguística marcada é a que mais sinais de transformação vem registrando”. Tendo em conta esse facto, o autor destaca que existe um outro português falado em Angola, um que não se fala em Portugal ou no Brasil. Para ele, os angolanos não falam a mesma língua portuguesa que é falada nos outros países.

Por exemplo, ouvir um apresentador *pivot* do Telejornal da TPA não é a mesma coisa quando se ouve um apresentador *pivot* do Telejornal da RTP. Nitidamente percebe-se, mesmo sem olhar para o ecrã, que um é cidadão angolano, e outro é cidadão português. Porém, as diferenças sentidas não fazem do cidadão angolano menos competente do ponto de vista de performance do que o cidadão português. (UNDOLO, 2019, p. 24)

Por conseguinte, Zau (2011) explicita que o português falado na contemporaneidade em Angola é uma “variante que expressa angolanidade, influenciada pelas línguas africanas, contém melodia e sonoridade própria” (ZAU, 2011, *apud* PEDRO DA SILVA & CARVALHO 2022, p. 5). Desta feita, destaca Undolo (2019) que existem variedades da língua portuguesa, entre elas podem ser: variante portuguesa de Portugal (P.P.), variante portuguesa do Brasil, (P.B.) e variante portuguesa de Angola (P.A.), “onde por P.A. entende-se um conjunto de dialetos do português nacional” (UNDOLO, 2019, p. 23). O termo “dialecto” designa um conjunto de variações que a língua apresenta no plano da pronúncia da sintaxe, do vocabulário etc. de grupo social em grupo social de região geográfica a região” (UNDOLO, 2019, p. 23). Com isso, afirma Zau, (2011) existe a apropriação da língua por parte dos angolanos: ela é nacionalizada, e particularizada para a comunicação diária dos indivíduos. Contudo, ainda assim, existe uma desigualdade no tratamento das diversas formas de fala e dos falantes do português, apesar de que, salienta Undolo (2019), do ponto de vista do prisma linguístico todos os dialetos são importantes, nenhum é melhor que o outro. Entretanto, o problema é que se levanta no seio social “juízos de valor, partindo do prisma político, ou mesmo, sociopolítico “(UNDOLO, 2019, p. 24)

## **6. O LICEU Nº 3114 HOJI-YA-HENDA EM LUANDA: POSSIBILIDADE ETNOGRÁFICA E QUESTÕES TEÓRICAS**

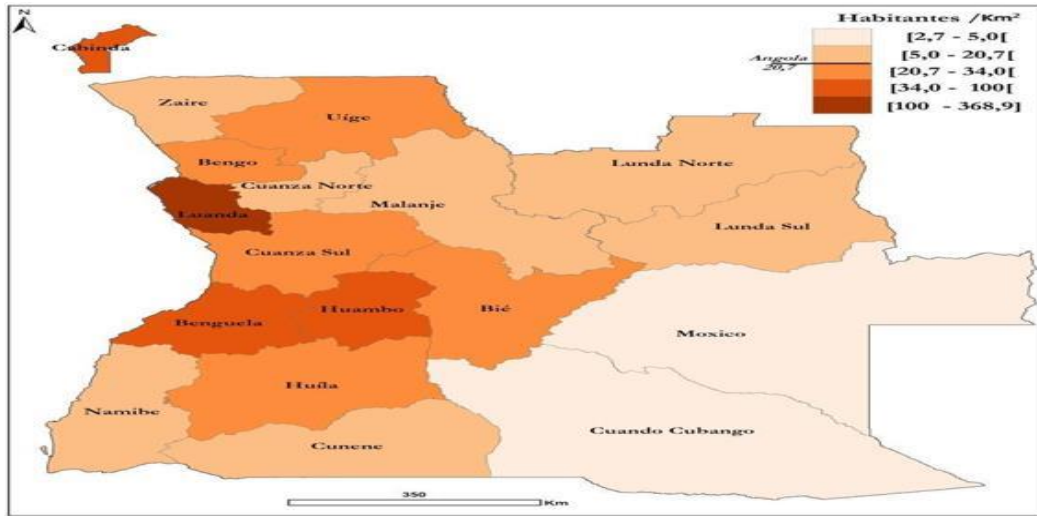
### **6.1 Aspectos geográficos**

O Liceu Nº 3114 Hoji-ya-Henda, é uma instituição angolana de ensino que ministra o IIº Ciclo do ensino secundário geral e que compreende as 10ª, 11ª e 12ª classe. A frequência do Liceu é recomendada por lei para alunos/as de quinze aos dezessete anos de idade. Esse Liceu localiza-se em Luanda no bairro do Campismo, um musseque<sup>6</sup> do distrito urbano de Hoji-ya-Henda localizado no município de Cazenga, que é parte da província de Luanda. Vejamos os mapas de Angola e Luanda e campismo abaixo:

---

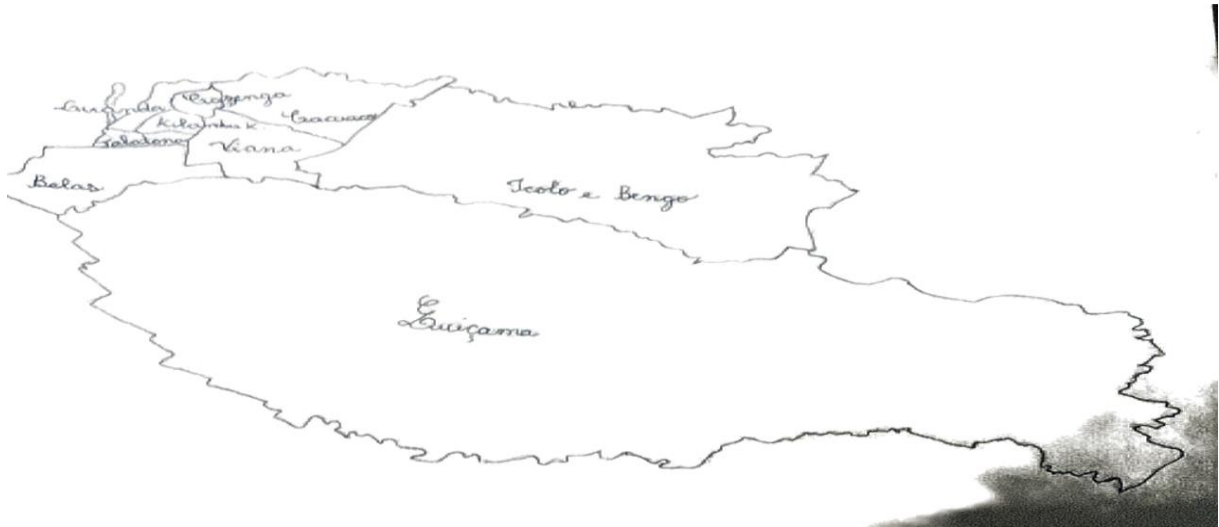
<sup>6</sup> Musseque (quimbundo *múseke*, areia grossa, terra saibrosa, granja, herdade): bairro, geralmente de construções precárias, nos arredores de uma cidade, onde habitam os moradores menos favorecidos. “Musseque” in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/musseque> [consultado em 08-12-2022].

Figura -1: Mapa de Angola



Fonte: INE, 2016

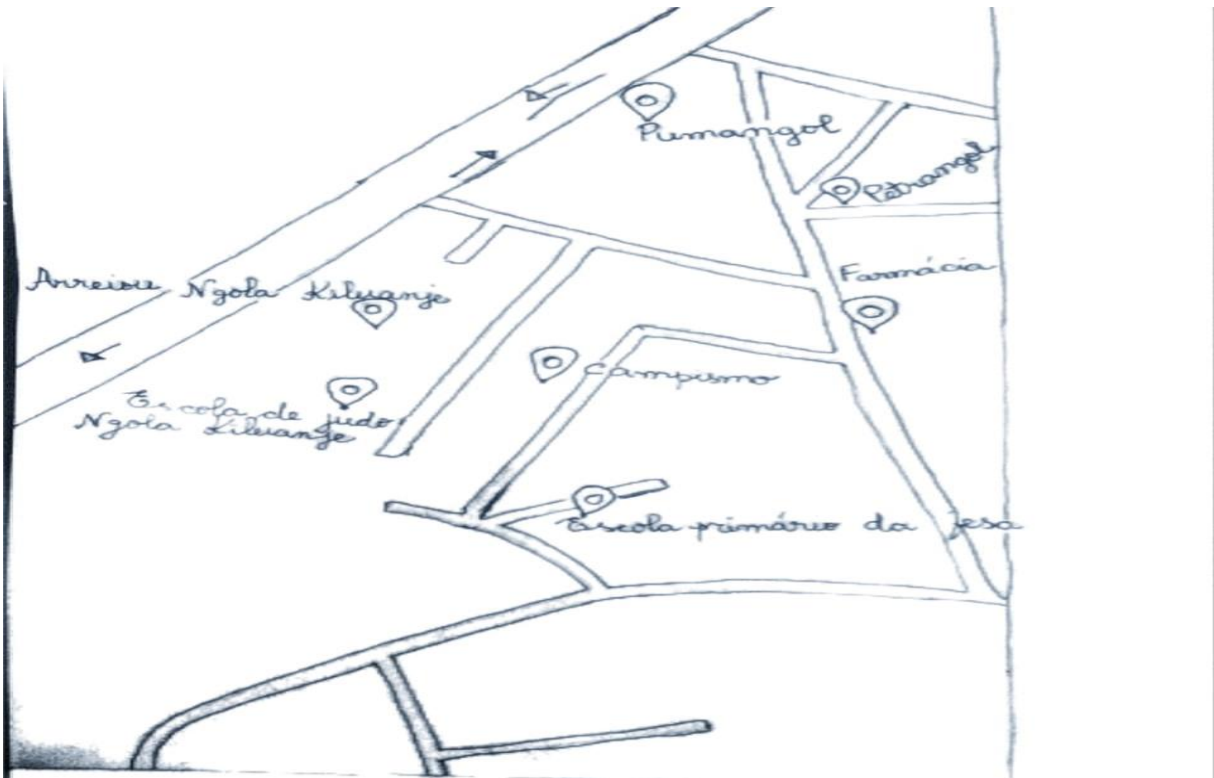
Figura - 2: mapa de Luanda.



Fonte: criação nossa

Figura - 3: mapa do Campismo.





Fonte: Google mapas, adaptação nossa.

Luanda, a província localizada no litoral norte de Angola, vem sendo a província que mais alterações experimentou no seu ordenamento político administrativo a fim de se poder governar melhor. Desde a última divisão Política Administrativa de 2017, Luanda está dividida em nove municípios, designadamente: Luanda, Talatona, Belas, Kilamba Kiaxi, Cazenga, Cacuaco, Viana, Icolo e Bengo e Quiçama (AFONSO, 2022. p.175). Cazenga, portanto, onde está localizado o *musseque* ou bairro Campismo, faz fronteiras com diversos locais. A oeste limita-se com o município de Luanda, tendo como vizinho o distrito de Sambizanga, a cidade baixa, e Mutamba, e o distrito do Ngola Kiluanje, ao norte com Cacuaco.

O musseque/bairro Campismo não possui nenhuma infraestrutura industrial. A sua movimentação econômica era impulsionada pelo antigo mercado (praça) do Roque Santeiro<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> “A origem do nome do mercado está associada à popularidade da novela “Roque Santeiro”, uma produção da Rede Globo, que desde finais de 1985 estava a ser emitida pela Televisão Popular de Angola. Baseada numa peça teatral, “O Berço do Herói” de Dias Gomes, escrita em 1963 e proibida dois anos depois pela censura do Governo Militar, a primeira versão da novela escrita em 1975 foi igualmente proibida pela censura do Governo Federal, dando lugar a uma segunda versão surgida em 1985, onde se contava a história de Luís Roque Duarte, conhecido como Roque Santeiro.” (LOPES, 2017, p.187)

que funcionou até 2010. Segundo Lopes (2007, p. 187), o mercado Roque Santeiro foi formalmente criado em 8 de dezembro de 1986 e estava localizado no município vizinho a Cazenga, em Zambizanga. Neste mercado existiam diversos bens a serem comercializados, e os agentes que constituíam as ofertas eram responsáveis em diferentes níveis (empresas grossistas e retalhistas estatais, lojas do povo, lojas de membros do partido, lojas de cooperantes, vendedores ambulantes, vendedores de barracas etc. (LOPES, 2017, p. 189). Para Lopes (2007, p.196) o Roque Santeiro era tido como o mais importante mercado paralelo de Luanda e como um reino dos *musseques*. Segundo o autor, lá estavam concentradas cerca de dez mil pessoas que, entre as 6 horas da madrugada e as 6 horas da tarde, vendiam de tudo. Esse mercado ocupava uma área de aproximadamente dois quilômetros quadrados.

Em 2010, o governo decidiu fazer a transferência do mercado para o Panguila, uma área mais distante e considerada mais organizada em relação ao seu primeiro local. Podemos imaginar as consequências econômicas e sociais para a região onde estava instalado e por conseguinte para a própria região vizinha Cazenga. Portanto, o Roque Santeiro tendo sido um mercado da região e o maior da capital Luanda tinha muita aderência pela população da região em questão, que tinha o mercado como um escape para conseguir sobreviver. Então, denotamos a grande importância e influência que este mercado exercia sob as famílias da região do Cazenga até a sua retirada.

Não obstante, a realidade do bairro Campismo é comum a outros distritos do município de Luanda, além de Sambizanga, Rangel, Neves Bendinha e Ngola Kiluanj (município de Luanda) e a outros municípios do distrito de Luanda como Cazenga, Cacuaco e Viana e seus respectivos *musseques*<sup>8</sup>. Afonso (2022) ressalta que essas são as áreas de residência da maior parte da população da província (51,3%) e que apresentam atividades do circuito inferior sem muitas infraestruturas. O comércio é predominantemente governado por “comércio a retalho” (supermercados, cantinas e mercados) e grossista (grandes, medianos e pequenos armazéns) dominado pelos estrangeiros.

Em geral, nesses espaços periféricos de Cazenga, Viana e Cacuaco, a incidência da pobreza é alta, assim como o desemprego das suas populações no setor estruturado da economia. É, portanto, um espaço de informalidade por excelência, seja em termos de

---

<sup>8</sup> Esses distritos fazem parte do município de Luanda. Ressalta que Luanda é uma província, porém contém um município com o mesmo nome.

ocupação do solo e das atividades exercidas e estão associadas às populações de menor poder aquisitivo (AFONSO,2022 p.205).

Pelo que se percebe, Afonso (2022) apresenta esses lugares com uma realidade diferente em relação ao centro da cidade de Luanda. Segundo o autor, nestes distritos e municípios as atividades são marginais, onde se destaca a existência do comércio formal e informal e grande variedade de atividades relacionadas aos serviços terciários considerados “não avançados”. Para Afonso, estes últimos espaços urbanos de Luanda têm infraestruturas de saneamento relativamente deficientes, incluindo as redes de fornecimento de água potável e energia elétrica, apresentando estruturas maioritariamente precárias. As ruas carecem de pavimento asfáltico e em épocas de chuvas são praticamente intransitáveis, dificultando a comunicação entre diferentes localidades.

Estas características que se impõem a este bairro não se estendem a toda província de Luanda. Outros bairros, no centro da cidade de Luanda (apelidado também de Baixa da Cidade), como o caso dos distritos urbanos da Ingombota e Maianga, as condições são bastante distintas. O autor Afonso (2022) aponta que essas zonas são as mais representativas em termos de dinâmica urbanística, económica, social, política e cultural. Para o autor, estas são as partes mais antigas da cidade de Luanda e as mais modernizadas em termos arquitetónicos, albergando as empresas multinacionais e os principais serviços administrativos e sociais de primeira categoria do país.

## **6.2 Aspectos do ensino**

Angola é um país multicultural e plurilinguístico, cuja situação linguística, caracterizada por uma grande diversidade. Segundo Redinha (1975. *Apud* UNDOLO, 2019, p. 18), a classificação étnico linguística feita por Redinha, destaca que Angola tem nove línguas, a saber, o Cokwe, Kimbundu, Kikongo, Ngangela, Olunyaneka, Oxihelero, Oxikwanyama, Oxindongo e Umbundu. Cokwe, Kimbundu, Ngangela, Olunyaneka, Oshikwanyama, Oxindongo e Umbundu. Entretanto, para Undolo (2019, p. 18), no território que hoje se conhece por Angola pode haver mais de cem línguas. Todavia, por falta de investimento para se fazer estudos, não é possível afirmar taxativamente isso. Contudo, as nove línguas citadas são as mais faladas e conhecidas no país. Já no Estado nação, os cidadãos lidam com o uso de apenas uma

língua de trabalho, de estudo e de comunicação para todos: a língua portuguesa. O uso da língua portuguesa como língua nacional está definido na constituição no artigo 19°. Contudo, para Santana & Timbane (2022), estabelecido o português como a língua oficial de Angola, se firma nas estruturas acadêmicas e administrativas a variedade do português europeu como norma padrão para o país. E pela vontade política, a propagação e o ensinamento da língua portuguesa devem ser feitos em todo o território. Conforme consta na Lei de Base do Sistema de Educação e Ensino, n.º 17/16, de 7 de outubro, artigo 16.º, inciso 01 e 02, “o ensino deve ser ministrado em língua portuguesa”. (LEI DE BASE, 2016, p. 3995).

O sistema de ensino em Angola, de acordo com a lei de base do Sistema de Educação e Ensino, n.º 17/16, de 7 de outubro, no seu Artigo 17.º (Estrutura) consta que,

1. O Sistema de Educação e Ensino é unificado e está constituído por seis subsistemas de ensino e quatro níveis de ensino.
3. Os Níveis de Ensino são os seguintes:
  - a) Educação Pré-Escolar,
  - b) Ensino Primário; c) Ensino Secundário; d) Ensino Superior. (LEI DE BASE, 2016, p. 3995-3996)

O ensino em Angola não pode variar de província para província. Os livros dos níveis do ensino secundário são os mesmos para todo o território. Desta feita, as propostas e exigências feitas pelo Ministério da Educação valem para todas as escolas existentes no país. Por outra, o ensino secundário que se estende até o Liceu que pretendemos analisar com este projeto, no Artigo 30º (Ensino Secundário Geral) da lei acima citada, é definido como sendo:” [...] o nível que sucede o Ensino Primário e prepara os alunos para o ingresso no Ensino Superior ou no mercado de trabalho imediatamente ou após formação profissional complementar”. E no Artigo 31º (Organização do Ensino Secundário Geral) lê-se:

1. O Ensino Secundário Geral compreende dois ciclos de 3 (três) classes cada e organiza-se da seguinte forma:
  - a) I Ciclo do Ensino Secundário Geral compreende as 7ª, 8ª e 9ª classes e é frequentado por alunos dos 12 (doze) aos 14 (catorze) anos de idade;
  - b) O II Ciclo do Ensino Secundário Geral compreende as 10ª, 11ª e 12ª classes e é frequentado por alunos dos 15 (quinze) aos 17 (dezessete) anos de idade (LEI DE BASE, 2016, p. 3997)

Por outra, no Artigo 59º (Designação das Instituições de Educação Pré-Escolar, de Ensino Primário e de Ensino Secundário) destaca que,

3. As Instituições de Ensino Secundário designam-se:
  - a) Colégios, sempre que ministrem o I Ciclo do Ensino Secundário Geral;

b) Liceus, sempre que ministrem o II Ciclo do Ensino Secundário Geral; (LEI DE BASE, 2016, p. 4001)

Embora o Liceu nº 3114 Hoji-ya-Henda seja situado em um país multicultural e plurilinguístico, cuja situação linguística é caracterizada por uma grande diversidade, como já destacamos anteriormente, o ensino neste lugar é feito apenas em português, conforme consta na Lei de Base do Sistema de Educação e Ensino, n.º 17/16, de 7 de outubro, artigo 16.º, n.º 01 e 02, lê-se “o ensino deve ser ministrado em língua portuguesa” (LEI DE BASE, 2016, p. 3995). Neste liceu, são ministrados dois cursos (Ciências Económicas e Jurídicas e Ciências Física-biológica) em três períodos (manhã, tarde e noite). As disciplinas são diversificadas de acordo com o curso, porém em ambos os cursos o ensino do português é tido como fundamental. Não é lecionada nenhuma língua nacional e entre as línguas optativas apenas o inglês é lecionado. Existem diversos perfis de alunos e a maior parte deles vem do município do Cazenga e do distrito do Sambizanga.

Esta escola é pública e, é designada “liceu” pelo facto dela ministrar o II ciclo do ensino secundário (LEI DE BASE, 2016, p.4001). Portanto, de acordo com a Lei de Base do Sistema de Educação e Ensino, n.º 17/16, de 7 de outubro, o ensino secundário no Artigo 30º é definido como sendo: “[...] o nível que sucede o Ensino Primário e prepara os alunos para o ingresso no Ensino Superior ou no mercado de trabalho imediatamente ou após formação profissional complementar”; (LEI DE BASE.,2016, p. 3997)

Imagem - 1: Liceu 3114



Fonte: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100064332324150>

## 7 ASPECTOS TEÓRICOS SOBRE AS RELAÇÕES DE PODER E A LÍNGUA

Para Michel Foucault, no seu livro *Microfísica do Poder* (2005), o poder não é uma coisa, não é uma substância, ou algo que alguém detém. O poder é algo que se exerce. É um exercício, algo que não vem de cima, não é centralizado, não é algo que apenas algumas pessoas possuem por ocupar determinados cargos políticos ou estatais. Não vem apenas do âmbito econômico e não é algo que se exerce apenas pelas pessoas eleitas, mas pode ser exercido na sociedade por qualquer indivíduo que se encontre em uma relação com outro indivíduo. Para o autor, uma mãe que ensina a sua criança exerce o poder sobre ela. O poder não é central, ele é difuso e se espalha nas instituições disciplinares, como na família, na escola. Por meio do poder, se formam indivíduos disciplinados.

[...] “o poder tem como alvo o corpo humano, não para suplicia-lo, mutilá-lo, mas para aprimorá-lo adestra-lo, Ele é produtivo e transformador, ele gere a vida dos homens, controlá-los em suas ações, para que seja possível, e viável utilizá-los, ao máximo e diminuição da sua capacidade de revolta [...]. (FOUCAULT, 2005, p. XVI)

O autor destaca que quem faz o poder circular são os indivíduos, o poder está nas relações sociais. Aponta ele que exercer o poder sobre os indivíduos gera a docilização dos corpos. Portanto, nas abordagens de Foucault apresenta-se a existência de formas de exercício do poder fora do Estado, o poder é articulado de maneira variada, as relações de poder não se baseiam fundamentalmente ao nível do direito. Então, existe um micropoder que se externaliza fora do poder estatal e se estabelece nas relações dos indivíduos de forma invisível e naturalizada. Com base nisso, tendemos a perceber que a convivência com uso da língua é permeada por relações de poder, tanto entre amigos como também entre professor e alunos.

Um fator que muito nos chamou atenção nas salas de aulas foram a marginalização dos alunos por parte dos professores quando estes falavam o português, em desacordo à regra gramatical europeia. Quando se utilizava um português não padrão em sala de aula dotavam-se pelo fato de que eram usados expressões e modos de fala muitas das vezes do contexto social dos alunos. Por exemplo, *eu e tu, ainda me dá lapiseira*. Expressões essas foram consideradas atrasadas e inapropriadas para o uso na sala de aula, o que levava muitos alunos a reprimirem-se e muitas das vezes a não comentarem na sala temendo a correção que gerava desconforto. Ao exemplo do que aponta Ilídio, nosso entrevistado, no relato da sua experiência com a língua que citamos abaixo. Ele destaca que nunca se sentiu inferiorizado ao falar o português. Contudo, aponta que vivenciou uma ação de humilhação por parte de quem falou mal o português pelo que afirma:

Já vivi situações em que havia uma pessoa no meio em que me encontrava que não falava o português corretamente, e ela foi vítima, bem, não diria vítima senão estaria a ser muito radical. A mesma... ela passou por situações não agradáveis, até que todos puseram-se a rir. E isso, acredito eu, que fez com que a autoestima dela baixasse e ela tornou-se vulnerável (entrevista, 14/09/2022).

Por outro lado, tivemos também alunos que falavam o português em sua maior parte de acordo com a regra gramatical ou com o padrão. Vimos que foram desprezados e conotados como que “exibidos” na sala de aula por parte dos colegas. Estes se colocavam como mais inteligentes do que todos e em um lugar de superioridade. De princípio isso não nos parecia fazer muito sentido, portanto, para compreendermos esse fenômeno, precisamos saber descrever o que é o “português padrão” e como se constrói a ideia de um português padrão na mentalidade dos alunos.

Para Santana & Timbane (2022, p. 86) “a norma-padrão é uma norma artificial que obriga o cumprimento das regras da gramática normativa, conseqüentemente, a norma europeia ou lusitana”. Pode-se dizer que o português padrão inclina-se no emprego de um vocabulário da língua portuguesa europeia e com aspectos fonológicos e gramaticais europeus. Como afirma Santana (2021, p. 170) “em Angola, é bastante comum que as pessoas digam que só em Portugal se fala bem o português e que os angolanos falam mal”. Com isso, é evidente que, esta percepção do *falar bem*, se estreita na existência da observância das normas gramaticais do português europeu, de modo a considerá-la uma variante do português melhor que as outras. Isto é, uma língua apropriada para o uso, uma língua correta. Ora, o português padrão é tido como sendo a forma mais correta de se falar o português, que por sua vez advém geralmente dos [...] “dirigentes políticos, pela alta finança, os dialetos<sup>9</sup> usados na literatura ou documentos impressos os dialetos ensinados na escola e difundidos pelos órgãos de comunicação social” (FROMKIN; RODMAN, 1993, p. 273 *apud* UNDOLO, 2019, p. 24). De toda forma, se percebe também que se constrói uma ideia de que esse “dialeto” (língua portuguesa formal) pode ser falado por todos, independentemente da posição. Portanto, o lugar e o meio a qual se fala é muito relevante para determinar a aceitação ou negação dos ouvintes.

No presente texto, tendemos a considerar as ações de repressão dos falantes como um exercício de poder. Esse exercício se manifesta nas relações sociais. Aponta Norberto Bobbio

---

<sup>9</sup> O termo dialeto, designa um conjunto de variações que a língua apresenta no plano da pronúncia da sintaxe, do vocabulário etc. de grupo social em grupo social de região geográfica a região “(UNDOLO, 2019, p. 23)

(1998) se queremos pensar o poder no âmbito social, ou seja, na sua relação com a vida do homem em sociedade se deve perceber que o poder social não é uma coisa que se tem em posse: é algo que se exerce numa relação entre pessoas. “O Poder torna-se mais preciso, e seu espaço conceptual pode ir desde a capacidade geral de agir, até à capacidade do homem em determinar o comportamento do homem: mais exatamente “Poder de um homem sobre um outro homem”<sup>10</sup> (BOBBIO, 1998, p.934) contudo, para o autor a existência do poder se dá pela existência de um grupo ou indivíduo que a exerce e outro indivíduo ou grupo que é induzido a comportar-se tal como aquele deseja. Para isso, a relação de poder seria o poder de um homem sobre o outro homem. Sendo assim,

No exercício do Poder, a capacidade de determinar o comportamento dos outros é posta em ato, o Poder se transforma, passando da simples possibilidade à ação. Assim, podemos distinguir entre o Poder como simples possibilidade (Poder potencial) e o Poder efetivamente exercido (Poder em ato ou atual). O Poder em ato (atual) é uma relação entre comportamentos do indivíduo A ou do grupo A que procura modificar o comportamento do indivíduo B ou do grupo B em quem se concretiza a modificação comportamental pretendida por A, abrangendo também o nexos intercorrente entre os dois comportamentos (BOBBIO, 1998, p. 934-935)

Contudo, para o autor para que se exerça o poder é necessário que se empregue recursos. Os recursos são numerosos podem ser: riqueza, força, informação, conhecimento, prestígio, legitimidade, popularidade, amizade, assim como ligações íntimas com pessoas que têm altas posições de Poder. (BOBBIO, 1998, p. 937). Para Bobbio (1998) o poder na vertente social só é possível através do convívio entre pessoas, ou seja, ela só se manifesta numa relação entre pessoas. Para o autor a existência do poder permite com que o comportamento de um determine o comportamento do outro, de maneira mais prática podemos dizer que o comportamento de A é a causa do comportamento de B”.

Para observamos a relação social dos alunos e os seus comportamentos mediante a relação de poder, usaremos a percepção de Domingos (2017) o que ele chama de “traumas e estigmas que vem se naturalizando, e por vezes é visto em forma de hábitos e costumes” (SILVA, 2018, p 37). Ao que possamos dizer, traumas e estigmas para Domingos seria definido como sendo as sequelas coloniais que os descendentes das sociedades colônias e colonizadas possuem como uma consequente herança colonial. Por exemplo, a vergonha de falar a sua

---

<sup>10</sup> Grifo do autor



língua local nas escolas, o achar a forma de falar do outro como “atrasado”. Quando alguém não fala “bem” o português é menosprezado, tais ações e muito mais. Para Domingos, embora esse comportamento tende a ser naturalizado, ele advém de uma ação colonial, ele pode ser visto como se fosse um hábito, uma coisa natural, verdadeiramente, não é. Essa postura é proveniente de traumas coloniais, que inconscientemente foram apropriados devido aos impactos coloniais e em específico pelo Estatuto do Indigenato (1926-1961).

Estatuto do Indigenato “foi um estatuto legal distinto e oposto ao de *cidadão*, dentro da dualidade jurídica que, no caso de Portugal, foi imposta em algumas das suas colônias entre 1926 e 1961” (NETO, 2015, p. 121). Destaca a autora que esse estatuto determinava formalmente os direitos e a ausência de direitos dos indígenas. Ressalta-se que o termo *indígena* não pode ser entendido de acordo o sinónimo de “aborígene”, “originário” ou “nascido em”. Esse é um termo usado para designar os povos não civilizados ou os negros mediante as categorias presentes no estatuto acima citado, segundo Neto, (2015, p. 121):

O primeiro desses “Estatutos” foi produzido em 1926 condensando práticas anteriores e legislação colonial dispersa.<sup>2</sup> Representou um corte definitivo com tendências governativas mais liberais do século dezanove e correspondia às políticas coloniais segregacionistas dominantes nas primeiras décadas do século vinte.

Portanto, destaca Neto (2015, p. 122) que esse Estatuto explicitava que os indivíduos de raça negra ou dela descendentes que não demonstravam hábitos, costumes e práticas culturais semelhantes à portuguesa não poderiam ser considerados cidadãos portugueses. Desta feita, a sua integração à nação colonial dependeria de uma transformação gradual dos seus hábitos e costumes. Para isso seria necessário a satisfação de vários critérios, desde económicos, culturais e políticos. Assim sendo, durante esse período colonial, o domínio da língua portuguesa estava relacionado à imagem de ser civilizado, pois era requisito para se tornar assimilado e usufruir de alguns aspectos de cidadania. Por essa razão aponta Ngunga (2021) que foi nessa era que se desprezou crescentemente as línguas africanas apelidadas de dialetos e que muitos negros assimilados eram proibidos de utilizá-las nas escolas.

[...]. Nas escolas, havia castigos severos para aqueles que por distração ou necessidade ousassem pronunciar uma palavra numa língua africana, um esforço claro de desencorajamento do seu uso e tentativa da sua supressão (Ngunga, 2021, p 95).

Ao que se percebe, segundo Ngunga, os “assimilados”, além de serem obrigados a deixarem outros aspectos da cultura africana, foram obrigados a abandonar a língua de seus ancestrais para adotar o português, que se tornou sua língua, e que também tiveram de ensinar aos seus descendentes.

## 8 METODOLOGIA

Este projeto refere-se a uma pesquisa empírica de natureza qualitativa com cunho etnográfico. Segundo Gerhardt; Silveira, (2009, p.34) “[a] pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Com base nisso, intencionamos enxergar o liceu 3114, não numa perspectiva de ser uma escola apenas, preferimos ter esse lugar como fonte de relações, um lugar onde não se ensina apenas, mas, onde se fazem relações sociais que podem ser observadas e registradas a partir de um caderno de campo. O olhar para os processos históricos é também uma equação metodológica importante para se compreender certas práticas do presente.

Para este projeto, fizemos uma pesquisa exploratória em que utilizamos também o levantamento bibliográfico, que incluiu artigos, livros, e documentos oficiais do país, no caso a Lei de Base e a Constituição da República). Com o objetivo exploratório têm-se aqui uma forma de potencialidade para ampliar o rigor das investigações a respeito dos momentos e/ou experiências vividas na sala de aula, seguindo as pistas de Gil (2007, *apud* GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 37)

[...] Este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e) análise de exemplos que estimulem a compreensão. Essas pesquisas podem ser classificadas como: pesquisa bibliográfica e estudo de caso.

Entretanto, para a efetivação do projeto futuramente serão realizadas também pesquisas práticas entre os alunos da referida escola, os professores e os diretores pedagógicos a fim de ouvir as suas abordagens envolvidas no convívio com a língua. Essas entrevistas serão feitas presencialmente e/ou através do *WhatsApp*, *Facebook* e formulário *Google*, contendo questões objetivas com alternativas entre “sim” e “não”, e abertas. E será feita a exposição de modo

qualitativo da realidade observada pelo pesquisador em sua convivência com o público em questão, o que se aproxima de uma pesquisa etnográfica.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta discussão sobre as línguas é comum na realidade Africana atual, segundo Mamdani (2022). No continente africano é comum que cada pessoa fale mais de uma língua. Uma seria a língua do colono, língua esta que detém o investimento científico e se fixa nas instituições de ensino, estatal e global. E a outra seria a língua nativa, ou seja, a língua pré-colonial, cujo desenvolvimento foi limitado e neutralizado pela aplicação científica. Como resultado, essas línguas nativas “permanecem folclóricas, excluídas do mundo da ciência e do aprendizado, da alta cultura, da lei e do governo” (MAMDANI, 2022, p.99). Como a ponta o ator, o projeto de difusão do conhecimento científico em África, é um projeto unilíngue. Soma-se a isso o fato de que este projeto é de língua colônias, (língua inglesa ou francesa ou portuguesa) e reconhece “uma única tradição intelectual, a tradição ocidental” (MAMDANI, 2022, p. 100). Desta feita, faz se perceber que esse projeto é um projeto colonial, “que trouxe não apenas a teoria da academia ocidental, mas também a suposição de que apenas o Ocidente é capaz de produzi-la, e que as demais academias fora do ocidente deveriam limitar-se em aplicá-las (MAMDANI, 2022, p.102)

Contudo, o passado histórico colonial, condiciona esta postura que vem à superfície em forma de um conflito de poderes. Um conflito na relação que vela na dominação e subjugação dos corpos. Exemplo, os assimilados que se libertaram do colonialismo, mas não conseguiram libertar-se de um dos instrumentos mais representativos da dominação colonial, a língua” (NGUNGA, 2021, p.98). Então, o que está por trás dessa relação de poder, e o que que faz o indivíduo agir desse jeito, são os “traumas e estigmas” como aponta Domingos (2017). O fim da escravidão pode até estar evidente, portanto, não significou a superação dos traumas e estigma que nutre até hoje o racismo, o preconceito linguístico, e outras formas de preconceitos que não atendem aos objetivos políticos. Portanto, o que se percebe é que existem aspectos do poder exteriores à conjuntura do poder político, que se pode verificar na relação entre os indivíduos, que são utilizados na tentativa de legitimar ações e pretensão de superioridade de um grupo humano sobre outro, de uma língua sobre a outra, de um jeito de falar sobre o outro etc. Assim, estas discussões teóricas nos levam a perceber a importância de dar continuidade

ao presente projeto. Ao se observar uma realidade específica escolar, como o Liceu 3114, é possível identificar padrões nas relações de poder bem como traumas e estigmas que impedem que os saberes, conhecimentos e línguas possam ser desenvolvidos a partir da realidade cultural de seus alunos.

Conhecer os obstáculos a esses processos criativos e de fomento das línguas e de sua diversidade é um caminho interessante para responder às questões teóricas que estão colocadas aqui pelos autores. Portanto, tencionamos dar continuidade nesse projeto, a fim desse tornar-se numa pesquisa com resultados futuros, que cremos ser importante para os estudos sobre a língua em Angola.

## REFERÊNCIAS

ABRANTES, Carla Susana Alem, **Os futuros portugueses: um estudo antropológico sobre a formação de especialistas coloniais para Angola (1950- 1960)**. Rio de Janeiro: Mórula, 2022. Disponível em: <https://morula.com.br/produto/futuros-portugueses/>. Acesso em 11 nov. 2022.

AFONSO, Luiekaki. Uma leitura da urbanização recente da cidade de Luanda a partir da teoria dos dois circuitos da economia urbana. Florianópolis, **Percursos**, v. 23, n.51, 2022. p. 167 – 210. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/2107>. Acesso em: 7 ago. 2022.

ANGOLA. **Lei de Base do Sistema de Ensino nº17/16 de 7 de outubro**. Luanda: Imprensa Nacional, 2016.

ANGOLA. **Constituição da República de Angola**. Luanda: Assembleia Nacional, 2010.

BALANDIER, Georges. A noção de situação colonial. São Paulo, **Cadernos de Campo**, [S. l.]; v. 3, n. 3, **1991**, p. 107-131. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5&q=BALANDIER%2C+Georges.+A+no%C3%A7%C3%A3o+de+situa%C3%A7%C3%A3o+colonial&btnG=](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=BALANDIER%2C+Georges.+A+no%C3%A7%C3%A3o+de+situa%C3%A7%C3%A3o+colonial&btnG=). Acesso em: 3 abr. 2022.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. v.1.

DOMINGOS, L. T. Entre estigmas e traumas de violência de colonização e escravidão: afirmação de identidade afrodescendência. **Identidade!** [S. l.], v. 22, n. 2, p. 190–208, 2022. Disponível em: <http://revistas.est.edu.br/index.php/Identidade/article/view/1237>. Acesso em: 8 fev. 2022.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 2000.

FOUCAULT, Michel. In: **Microfísica do poder**. [S. l.]; Ed. Graal 1979.

GOODY Jack. **O roubo da história**: como os europeus se apropriou das ideias e invenções do Oriente médio. [S. L.]: Ed. Contexto, 2008.

LOPES, Carlos Manuel Mira Godinho Fernandes. **Elementos sobre o comportamento de compra em mercados informais**: estudo de caso no mercado Roque Santeiro (Luanda). 2008, p. 1-613. Tese (Doutorado em Estudos Africanos Interdisciplinares) - Instituto superior de Ciências do Trabalho e Empresa (ISCTE), 2008. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/11879>. Acesso em: 11 nov. 2022.

KATO, M. A. A complementaridade dos possessivos e das construções genitivas no português coloquial: Réplica a Perini (1985). **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, [S. l.], v. 1, n. 1/2, p.108-120, 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/31153>. Acesso em: 7 fev. 2022.

MAMDANI, Mahmood et al. Descolonizando as universidades. **Ayé: Revista de Antropologia**, [S. l.]; v. 1, n. 3, Edição especial- Traduções, p.85-105, 2022. Disponível em: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/Antropologia/article/view/1010>. Acesso em: 23 fev. 2021.

MBEMBE, Achille. **África Insubmissa**: Cristianismo, poder e Estado na sociedade pós-colonial. Luanda: Edições Mulemba, 2013. Disponível em: <https://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/187>. Acesso em: 12 nov.2021.

MUDIMBE, Valentin-Yves. A invenção da África. **Revista Concinnitas**, [S. l.]; v. 1, n. 16, p. 73-81, 2010. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5&as\\_vis=1&q=MUDIMBE%2C+Valentin-Yves.+A+inven%C3%A7%C3%A3o+da+%C3%81frica.+Revista+Concinnitas%2C&btnG=](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&as_vis=1&q=MUDIMBE%2C+Valentin-Yves.+A+inven%C3%A7%C3%A3o+da+%C3%81frica.+Revista+Concinnitas%2C&btnG=). Acesso em: 3 ago. 2021.

NETO, M. da C. Maria do Huambo: Uma vida de “indígena”. Colonização, estatuto jurídico e discriminação racial em Angola (1926-1961). **Revista África**, [S. l.], n. 35, p. 119-127, 2015. DOI: 10.11606/issn.2526-303X.v0i35p119-127. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/afrika/article/view/126696>. Acesso em: 7 dez. 2022.

NGUNGA, Armindo Saúl Atelela. Os desafios da investigação linguística em África: o caso de Moçambique. **África**, São Paulo, n. 42, p. 86-108, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/afrika/article/view/193963>. Acesso em: 23 nov. 2022.

SANTANA, Yuran Fernandes Domingos; TIMBANE, Alexandre António. Considerações sobre o português angolano e o preconceito linguístico em Angola. **Letras em revista**, [S. l.]; v. 12, n. 01, abr. p. 169-187 2022. ISSN 2318-1788. Disponível em: <<https://ojs.uespi.br/index.php/ler/article/view/377>>. Acesso em: 08 fev. 2022.

SILVA, A. O. DA. O que é Poder Político? **Revista Espaço Acadêmico**, [S. l.]; v. 17, n. 202, p. 33-61, 10 mar. 2018. Disponível em:

<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/41971>. Acesso em 20 set. 2021.

SILVA, A. C. M. da. Angola: história, luta de libertação, independência, guerra civil e suas consequências. **Neari em revista**, [S. l.], v. 4, n. 5, p. 1-15, 2018. Disponível em: <http://54.94.8.198/index.php/neari/article/view/660>. Acesso em: 8 fev. 2022.

DA SILVA, P. K.; CARVALHO, G. L. Ensino da língua portuguesa em Angola: uma análise nas propostas de atividade do livro didático de língua portuguesa da 10ª classe: Mu nlonga nkanda yayi nsonga lekwa muna mona awei ba salanga ezi nsiku mya ndinga muna mambo za nsobanesa he ndinga mu nkanda za ndinga mputu za kalasi ya 10ª(kumi) kya malongi azole kya tulwa um nsi za ngola. **NJINGA e SEPÉ: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras**, [S. l.], v. 2, n. Especial I, p. 76-93, 2022. Disponível em: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape/article/view/1035>. Acesso em: 7 dez. 2022.

Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; **A pesquisa científica**. Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=dRuzRyEIzmkC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 20 nov. 2021.

SOUZA, Sheila Perina. Entre incorporação do português angolano e a imposição da norma padrão de Portugal na escola angolana/Between the incorporation of Angolan Portuguese and the imposition. **Cadernos CIMEAC**, [S. l.]; v. 9, n. 1, p. 101-124, 2019. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/cimeac/article/view/3863>. Acesso em: 23 nov. 2021.

UNDOLO, Márcio. **Língua Portuguesa: subsídios para o seu ensino em Angola**. Luanda: Centro de Língua Portuguesa ECO7, 2019.

ZAU, D. G. D. **A Língua Portuguesa em Angola: um contributo para o estudo da sua nacionalização**. Tese de doutorado apresentada à Universidade da Beira Interior, Departamento de Letras, Covilhã, p. 1-204 2011. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/555fb5ee256e8a3e1159cc5c5694e5b3/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y>. Acesso em: 2 jul.2021.